

SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL **RS**

#DívidaPúblicaRS

DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL 2015

RELATÓRIO ANUAL

Leonardo Busatto
SUBSECRETÁRIO DO TESOURO DO ESTADO


TESOURO
do Estado do RS



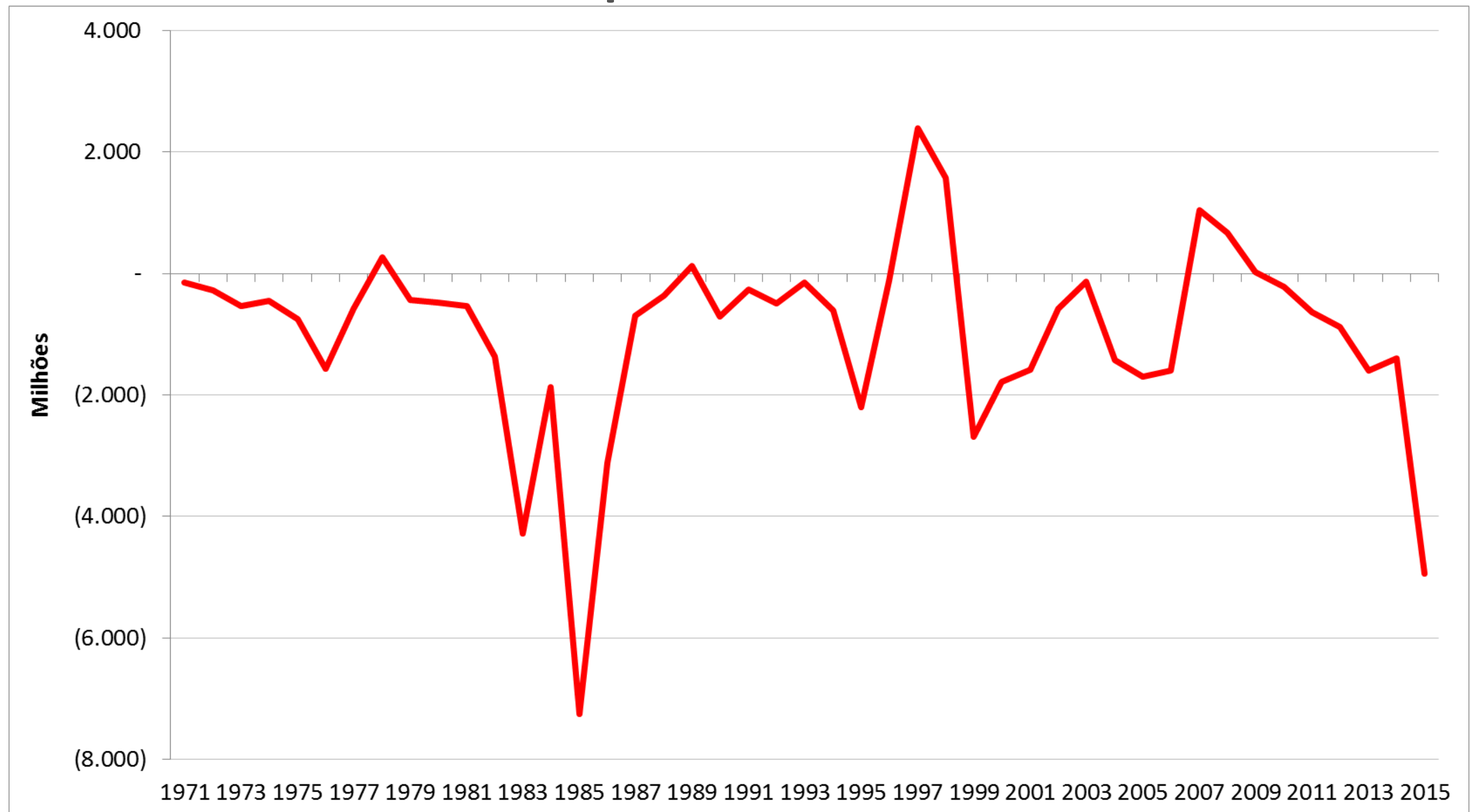
GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE FINANÇAS

#DívidaPúblicaRS

CONTEXTO RS E BRASIL

Resultado Orçamentário do RS 1971-2015*

Dos últimos 45 anos, em apenas sete anos gastamos menos do que arrecadamos



(*) Atualizados IGP-DI Dez/2015

Como conseguimos chegar até aqui?

Período	Enfrentamento do Déficit Público
1971-1974	Endividamento
1975-1978	Endividamento
1979-1982	Endividamento e Inflação
1983-1986	Débitos de Tesouraria e Inflação
1987-1990	Inflação
1991-1994	Inflação
1995-1998	Venda de Ativos

1999 - 2002

Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos no pagamento dos fornecedores e precatórios e não pagamento das Leis Britto.

2003 - 2006

Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos no pagamento de fornecedores, não pagamento de precatórios, não pagamento das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume de investimentos, parcelamento do 13º salário junto ao BANRISUL e aumento de tributos.

2007 - 2010

Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, parcelamento do 13º salário, parcelamento de salários mensais, redução do gasto em custeio e em investimento e utilização dos recursos com a venda de ações do BANRISUL.

2011-2014

Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento com recursos de operações de crédito internas e externas.

Contexto Finanças do RS

Maior proporção de inativos na folha

Pior relação dívida/receita

Estado que menos investe

75% receita em despesa com pessoal

Restante: custeio, investimento e dívida

Contexto Brasil

Situação macroeconômica

Maior crise dos últimos anos no Brasil

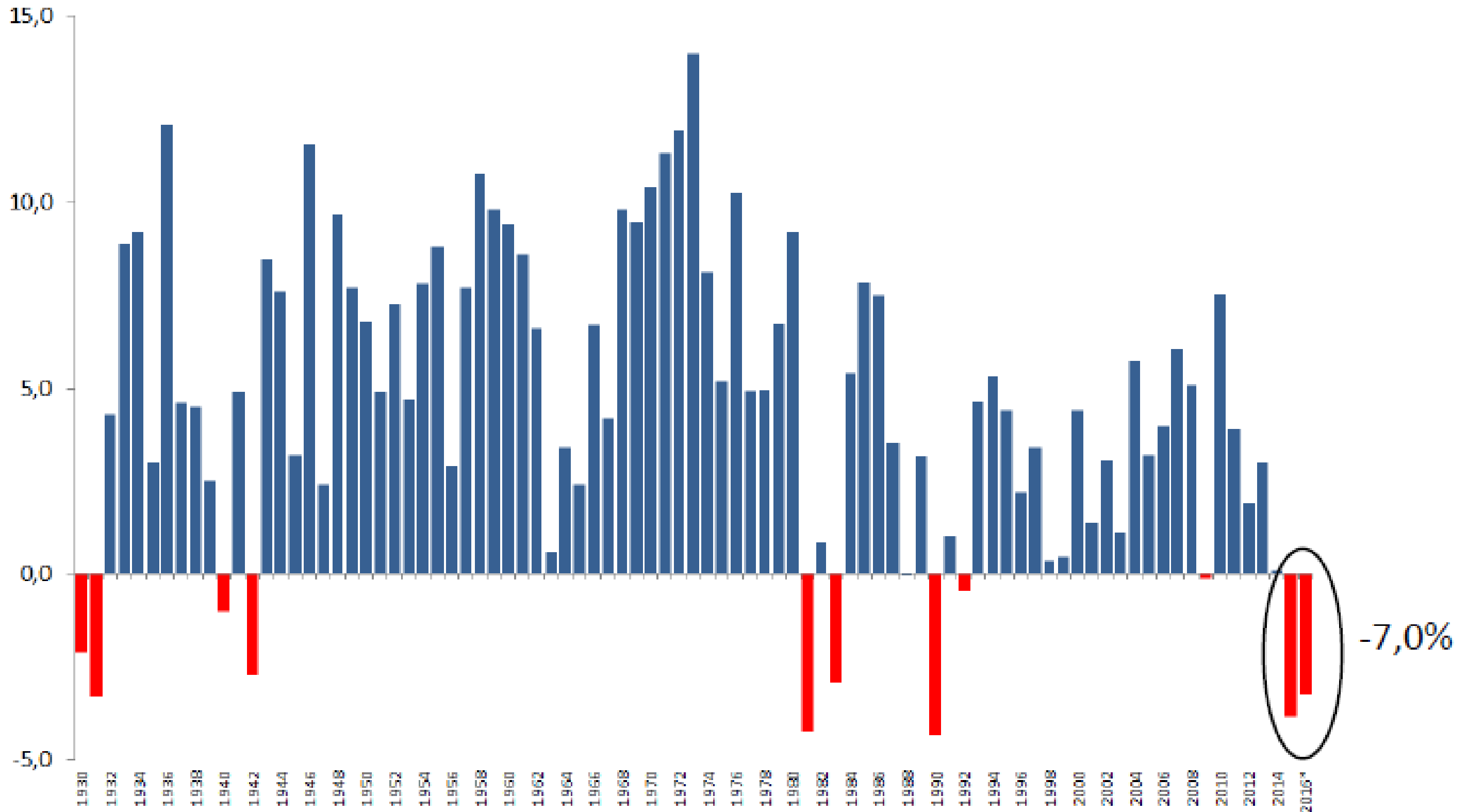
12 Estados + DF com problemas na folha

RJ: déficit de R\$ 19 bi, estado de calamidade, greves

Pacto Federativo

Contexto Brasil

Pior recessão da história?



Fonte: BCB Focus e FEE

RESULTADOS 2015

R\$ 61,8

É o total da Dívida do RS

Total aplicado em Saúde: **R\$ 3,2 bi**

Total aplicado em Segurança: **R\$ 3,0 bi**

Total aplicado em Educação: **R\$ 8,8 bi**

Realizado 2015

Desse montante, 83% é referente à dívida com a União.



Composição da Dívida Fundada Estadual

Parcelamentos tributários

Nenhum título da dívida em mercado

DÍVIDA FUNDADA

Dívidas oriundas de contratos com prazo superior a **12 meses**.

Dívida Fundada Estadual

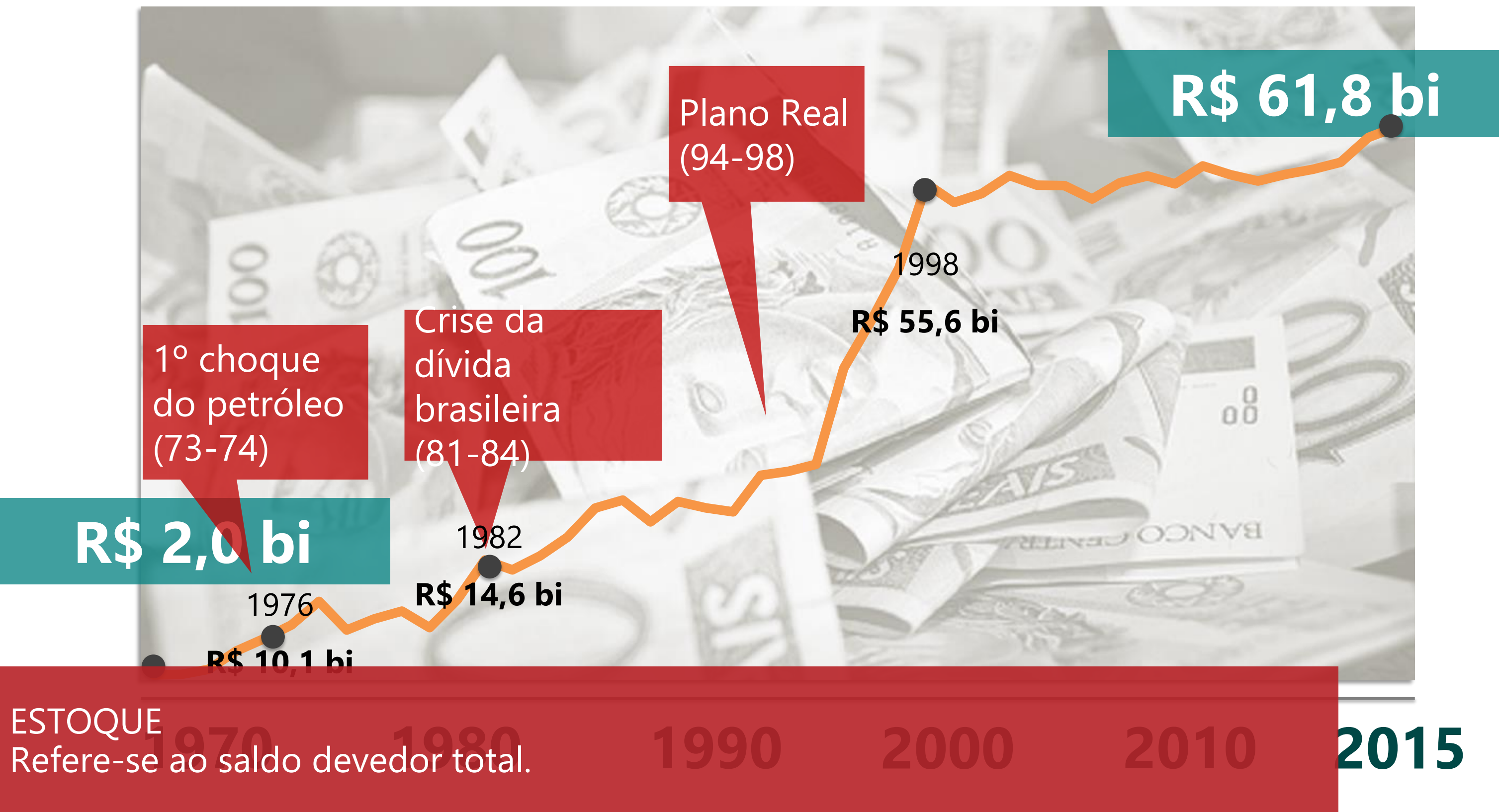
TOTAL DÍVIDA INTERNA	87%
Lei 9496/1997 e PROES	
BNDES/Banco do Brasil	
2,70%	
Outros	0,8%

TOTAL DÍVIDA EXTERNA	13%
Banco Mundial (BIRD)	9,7%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	3,3%

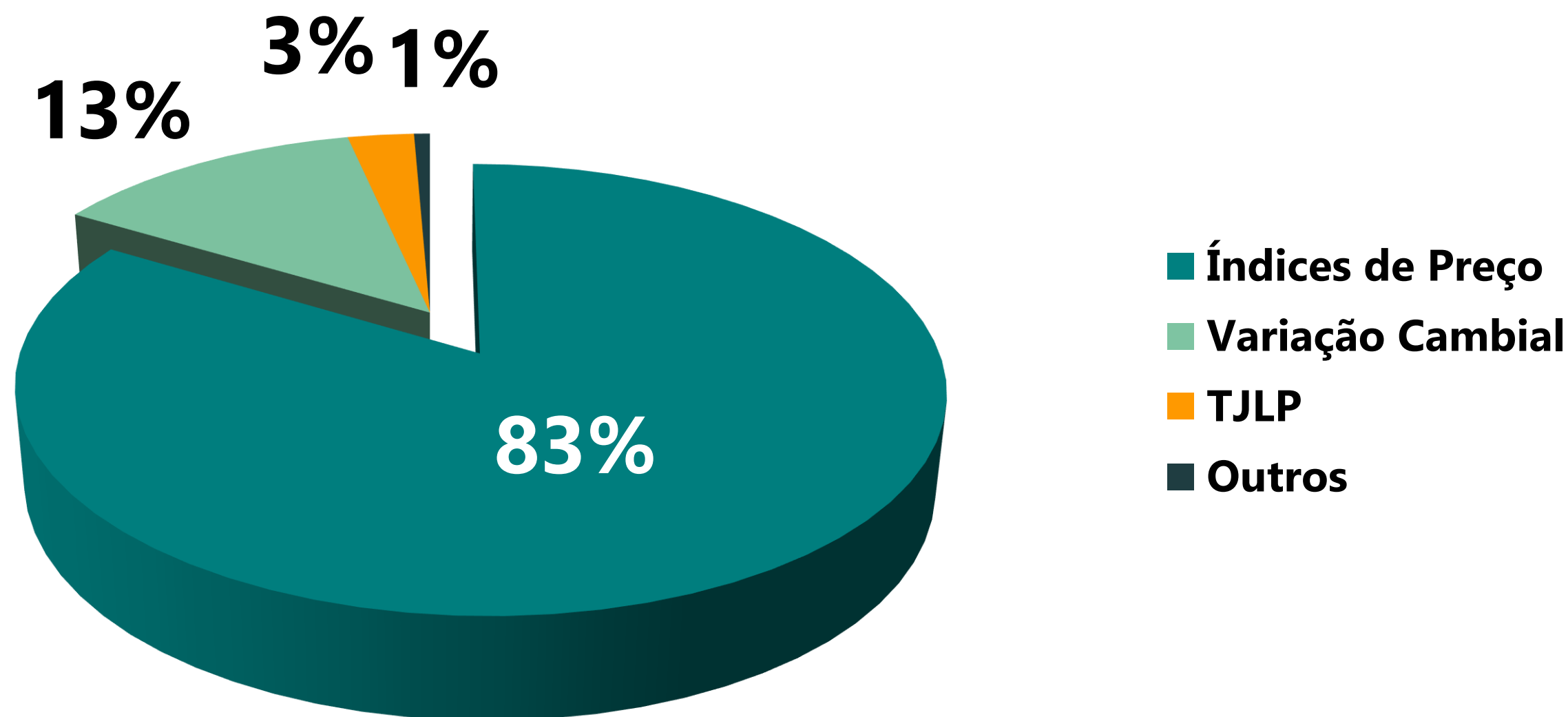
EVOLUÇÃO, SERVIÇO E RESÍDUO

Evolução do Estoque

Preços deflacionados pelo IGP-DI



Composição por Indexadores



Lei 9496/97
(IGP-DI ou SELIC na inadimplência)

R\$

Dívida Externa
(Correção cambial)

R\$ 2,45,1 bilhões

Serviço da Dívida

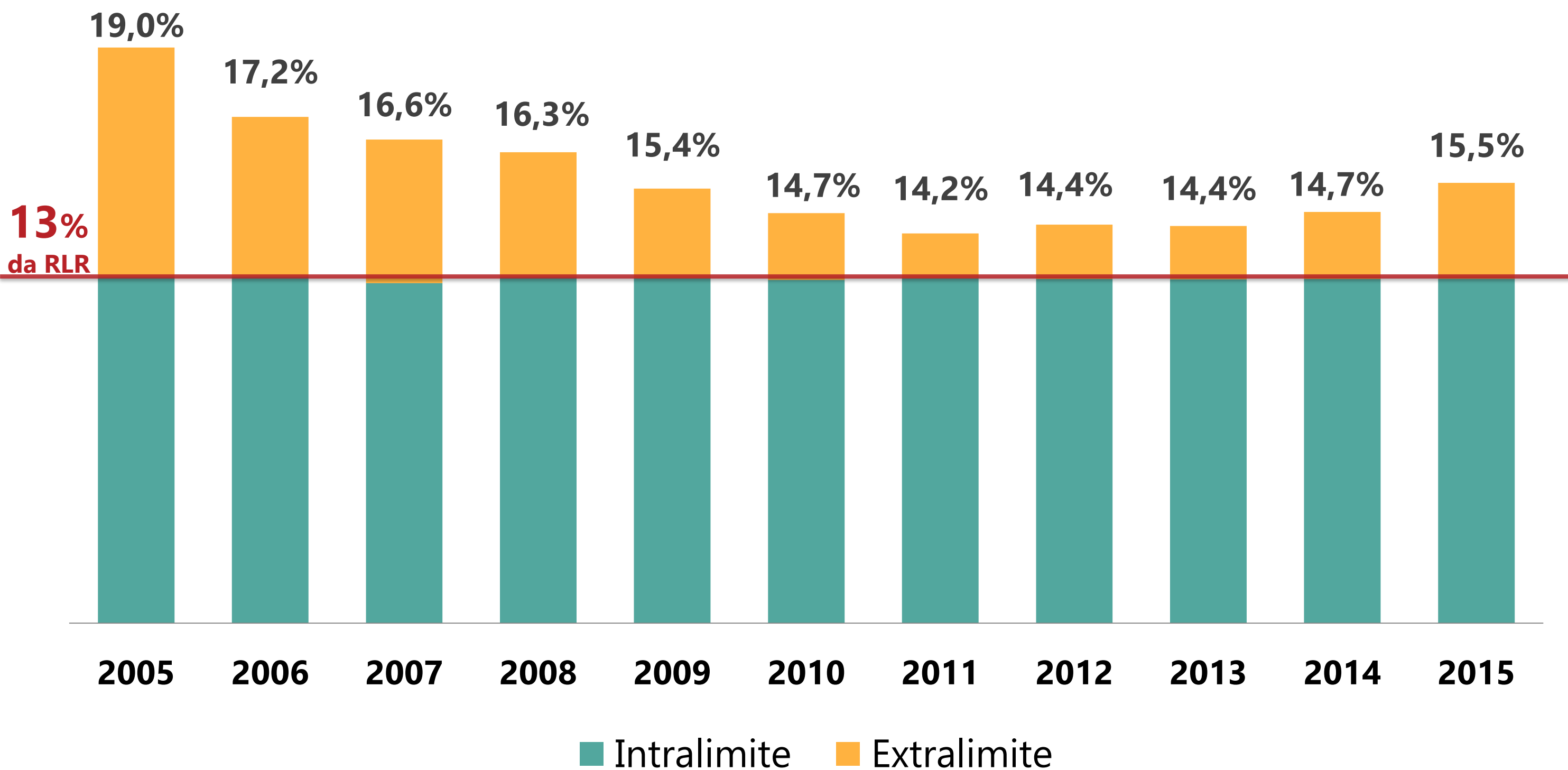
Em R\$ milhões

ANO	VALORES CONSTANTES
2005	3.004
2006	3.043
2007	3.003
2008	2.935
2009	3.058
2010	2.951
2011	3.117
2012	3.152
2013	3.212
2014	3.457
2015	3.706

SERVIÇO DA DÍVIDA
Pagamento de juros, amortizações e comissões sobre os empréstimos tomados.

Comprometimento

Receita Líquida Real



Resíduo

Ano	Total em R\$ bilhões	Resíduo Total
1998	9,6	3,4%
1999	11,8	7,4%
2000	13,4	8,2%
2001	15,2	11,4%
2002	19,1	14,6%
2003	21,2	18,1%
2004	24,2	21,6%
2005	25,8	24,9%
2006	27,7	28,0%
2007	30,0	30,9%
2008	33,9	33,9%
2009	33,8	36,6%
2010	37,0	40,2%
2011	39,4	42,7%
2012	42,6	45,3%
2013	45,2	47,8%
2014	47,2	50,3%
2015	51,6	52,7%

RESÍDUO

Conta destinada a receber o valor excedente do limite dos 13% da receita líquida real, sujeita aos mesmos encargos aplicados aos contratos.

EFEITOS DO ANATOCISMO

Anatocismo

Termo jurídico que designa a **capitalização de juros**, ou seja, a incorporação de juros ao principal da dívida para compor **a base de cálculo** para novos juros.

RESÍDUO ATUAL	RESÍDUO SEM ANATOCISMO	DIFERENÇA
R\$ 27,18 bi	R\$ 19,39 bi	R\$ 8,79 bi

Dívida x Receita por Estado

Receita Corrente Líquida Anual

	2014	2015
São Paulo	1,48%	1,68%
Minas Gerais	1,79%	1,99%
Rio de Janeiro	1,78%	1,98%
Rio Grande do Sul	2,09%	2,27%
Goiás	0,90%	0,99%
Bahia	0,40%	0,59%
Paraná	0,58%	0,49%
Pernambuco	0,58%	0,62%
Total	1,07%	1,19%

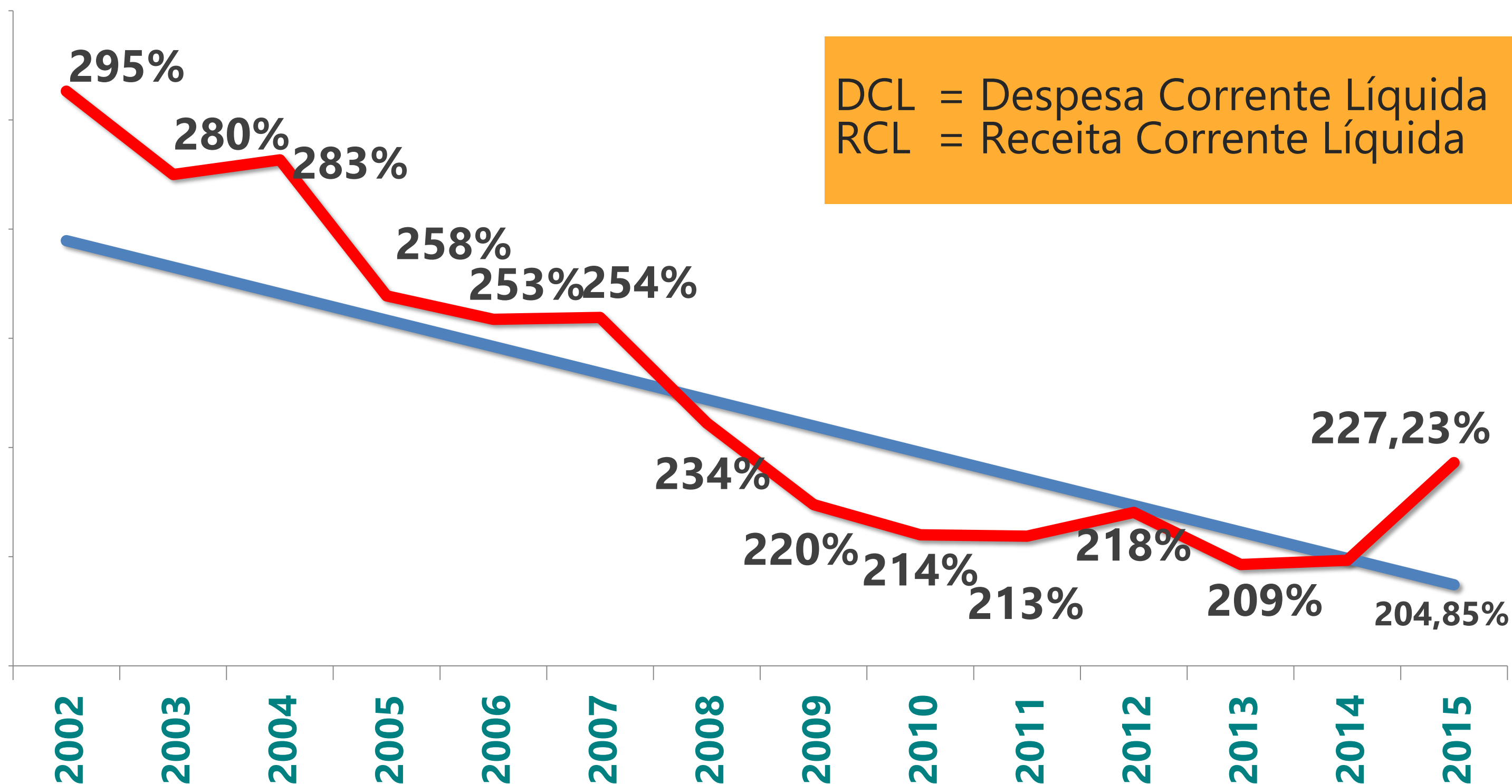
**Em 2015, foi generalizado
o crescimento do %.**

Trajetória de Ajustamento da DCL

Resolução do Senado Federal

— Limite RSF 40-2001 — Relação DCL/RCL realizada

DCL = Despesa Corrente Líquida
RCL = Receita Corrente Líquida



ACORDO COM A UNIÃO

Situação atual

Dívida **refinanciada**
em 1997

Contratado em 1998

R\$ 9,2 bi

Pago até 2015

R\$ 24,8 bi

SALDO EM 2015

R\$ 51,6 BI

Correção pelo saldo do IGP-DI + juros de 6% a.a.
Parcela mensal limitada a 13% da RLR



Contexto recente

2014

Aprovação
LC 148

2015

Articulação
Estados

2016

Mandado STF
Acordo União
PL 257

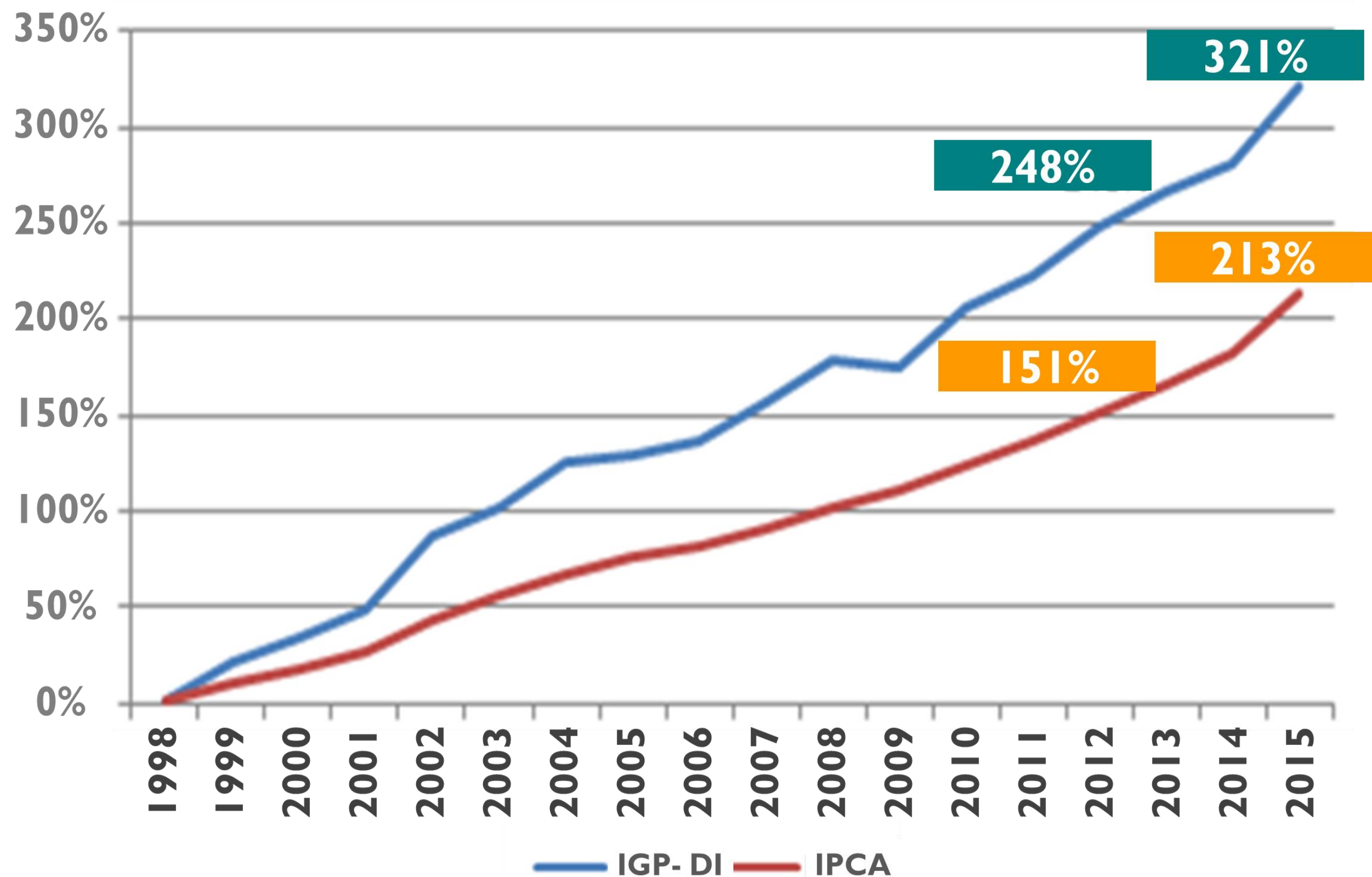
Artigo 2º:

IGP-DI + 6%



IPCA + 4%
(limitador SELIC)

Lei Complementar 2014



Contexto recente

2014

**Aprovação
Lei Complementar**

2015

**Articulação
Estados**

2016

**Acordo
com a União**

Redução do Estoque
em 2028:

R\$ 40,1 bi



R\$ 18 bi

=

R\$ 22,1 bilhões

Contexto recente

2014

Aprovação
Lei Complementar

2015

Articulação
Estados

2016

Acordo
com a União

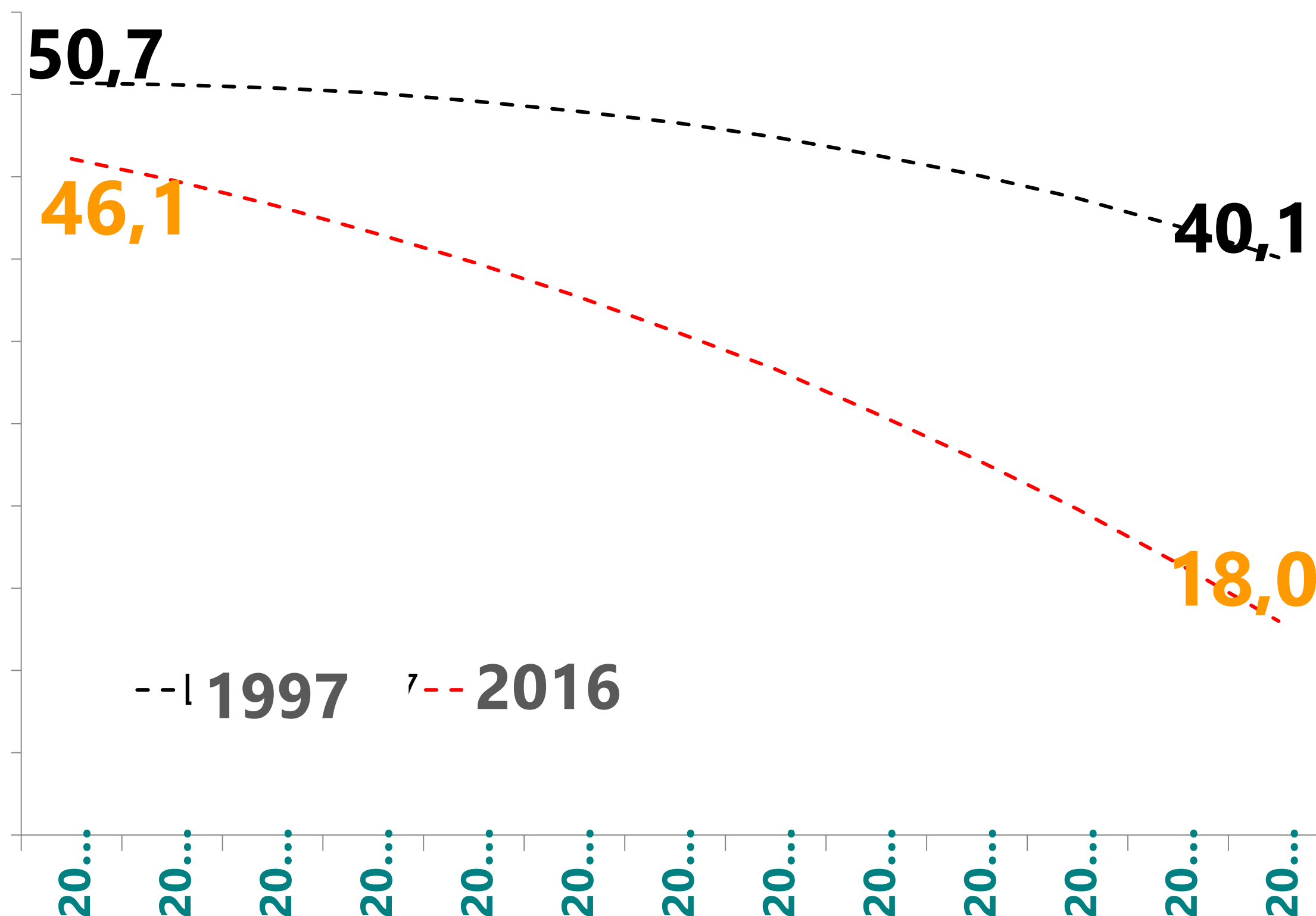
Artigo 3º:

Desconto equivalente a diferença entre o saldo verificado em **jan/2013** e o que se teria utilizando a variação **da taxa SELIC** desde o princípio do contrato.

PROJEÇÕES

negociação 1997 x renegociação 2016

Em R\$ bilhões



Contexto recente

2014

Aprovação
Lei Complementar

2015

Articulação
Estados

2016

Acordo
com a União

Liminar STF:

Discussão judicial com a União sobre método usado para **calcular a variação** da SELIC.

Decisão do STF para que União e Estados busquem **acordo**.

Novo acordo da dívida

PLC 257 – Plano de Auxílio aos Estados

Principais pontos do plano

- Extensão do prazo por **240 meses** (até 2048).
- Carência de **100%** no valor das prestações por **6 meses** (julho a dezembro/2016).
- Aumento escalonado nas prestações a partir de janeiro 2017 em **5,26%** (até julho/2018 – 100%).

Novo acordo da dívida

PLC 257 – Plano de Auxílio aos Estados

Principais pontos do plano

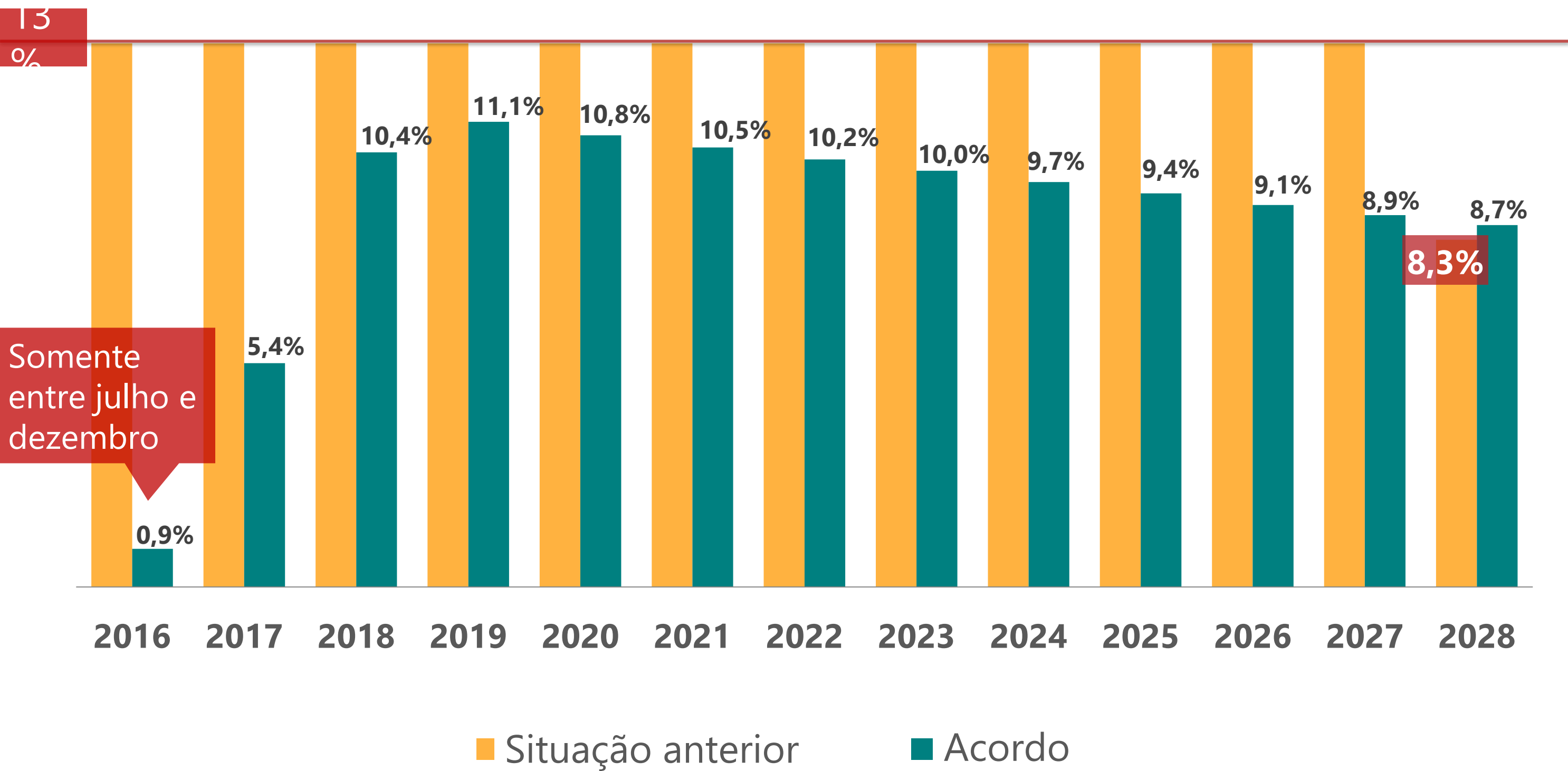
- Recálculo das prestações por Tabela Price, desvinculando do limite de 13% da RLR, possibilitando **redução permanente** das prestações até o prazo final.
- Pagamento em até 24 meses dos valores suspensos com a liminar no STF **R\$ 880 milhões** (cerca de R\$ 39 milhões/mês).
- Extensão de **10 anos** no prazo, com **4 anos** de carência para programas PEF I, PEF II e PROINVESTE, com BNDES e BB

Redução nas prestações

1	01/07/2016	100%
2	01/08/2016	100%
3	01/09/2016	100%
4	01/10/2016	100%
5	01/11/2016	100%
6	01/12/2016	100%
7	01/01/2017	94,74%
8	01/02/2017	89,47%
9	01/03/2017	84,21%
10	01/04/2017	78,95%
11	01/05/2017	73,68%
12	01/06/2017	68,42%
13	01/07/2017	63,16%
14	01/08/2017	57,89%
15	01/09/2017	52,63%
16	01/10/2017	47,37%
17	01/11/2017	42,11%
18	01/12/2017	36,84%
19	01/01/2018	31,58%
20	01/02/2018	26,32%
21	01/03/2018	21,05%
22	01/04/2018	15,79%
23	01/05/2018	10,53%
24	01/06/2018	5,26%

Acordo da dívida

%RLR



Novo acordo da dívida

PLC 257 – Plano de Auxílio aos Estados

Benefícios para o RS

2016:

R\$ 1,4 bilhão

suspensão de abril a junho e
carência 100% nas prestações
de julho a dezembro

2017:

R\$ 2,1 bilhões

carência
gradativa 5,2% ao mês

2018:

R\$ 800 milhões

carência
gradativa até julho

+

R\$ 900 milhões

ganhos com a
liminar de 2016

Acordo da dívida

PAGAMENTOS

ANO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA	DIFERENÇA (GANHOS)
2016	1,67 bi	234,4 mi	1,43 bi
2017	3,59 bi	1,48 bi	2,11 bi
2018	3,86 bi	3,08 bi	775,0 mi
2019	4,15 bi	3,55 bi	601,0 mi
2020	4,46 bi	3,70 bi	753,7 mi
2021	4,79 bi	3,88 bi	918,5 mi
2022	5,15 bi	4,05 bi	1,10 bi
2023	5,54 bi	4,24 bi	1,30 bi
2024	5,96 bi	4,43 bi	1,52 bi
2025	6,40 bi	4,64 bi	1,77 bi
2026	6,88 bi	4,84 bi	2,05 bi
2027	7,40 bi	5,06 bi	2,34 bi
2028	5,08 bilhões	5,29 bilhões	-213,84 milhões

Acordo da dívida

**Benefícios
para o RS**

Ganho financeiro
de
R\$ 5,2 bilhões
até 2018.

Obrigado

leonardo.busatto@sefaz.rs.gov.
br

www.sefaz.rs.gov.br/TESOURO



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA